



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0018144-56.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal**
 Documento de Origem: **IP - 260/2012 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Marcelo Alexsander Azorli**
 Vítima: **Kamila Vidal Paschoal**

Aos 13 de fevereiro de 2014, às 15:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Marcelo Alexsander Azorli, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a Dra PROMOTORA:**“MM. Juiz: Marcelo Alexsander Arsoli, qualificado as fls.12 e 15, e foto as fls.18, foi denunciado como incurso no artigo 147 e artigo 129, §9º, ambos do Código Penal, porque em 03.06.2012, por volta de 21h30, na rua Carlos Marra, 371, Jardim Tangará, em São Carlos, ofendeu a integridade corporal de Kamila Vidal Pascoal, bem como a ameaçou de causar-lhe mal injusto e grave, prevalecendo o agente das relações domésticas. A ação é procedente. A vítima confirmou os fatos narrados na denuncia, dizendo que o réu chegou a agredi-la. Além do mais, o réu proferiu ameaças de morte. A mãe da vítima confirmou os fatos narrados na denúncia. O laudo de fls.09, juntada aos autos, comprova que a vítima sofreu lesões de natureza leve. A versão do réu restou isolada no conjunto probatório. Assim, comprovados os fatos narrados na denuncia, aguardo a procedência da presente ação ressaltando-se que o réu é tecnicamente, já que possui processo suspenso perante a 2ª Vara. **Dada a palavra a DEFESA:**“MM. Juiz: requeiro a absolvição por falta de provas. A versão da vítima é contrastada pela versão do réu. A única testemunha ouvida é mãe da vítima e tem interesse direto na condenação, já que o réu é suspeito de tê-la furtado no mesmo dia. A falta de depoimentos isentos torna o quadro probatório inseguro. Some-se a isso, que a vítima em juízo relatou fatos muito mais graves. Chegou a dizer que no dia dos acontecimentos foi ferida com faca no pescoço e que disso teriam resultado marcas que perduram até hoje. Ocorre que o laudo médico atesta lesões de natureza leve, que não se conformam a versão da vítima. Assim, em que pese a contundência do depoimento da vítima,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

entende a defesa que a prova não é segura, em especial pela falta de conformidade do relato com o laudo. Deve prevalecer o benefício da dúvida. Ante o exposto, requer-se a absolvição, com fundamento no artigo 386, VII, e, em caso de condenação, pena mínima, observada a atenuante da menoridade, benefícios legais e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** “Marcelo Alexsander Arsoli, qualificado as fls.12 e 15, e foto as fls.18, foi denunciado como incurso no artigo 147 e artigo 129, §9º, ambos do Código Penal, porque em 03.06.2012, por volta de 21h30, na rua Carlos Marra, 371, Jardim Tangará, em São Carlos, ofendeu a integridade corporal de Kamila Vidal Pascoal, bem como a ameaçou de causar-lhe mal injusto e grave, prevalecendo o agente das relações domésticas. Recebida a denúncia (fls.32), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.42). Nesta audiência foi ouvida a vítima, uma testemunha comum e o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação e a defesa a absolvição por insuficiência de provas e subsidiariamente, pena mínima, com benefícios legais, reconhecimento da atenuante da menoridade, com benefícios legais. **É o relatório. Decido.** A materialidade está provada pelo laudo de fls.09: “*escoriação ungueal, região cervical esquerda; áreas de alopecia no couro cabeludo*”. A vítima descreve ter sido lesionada no pescoço e ter ficado com marcas no couro cabeludo, duas circunstâncias compatíveis com o laudo pericial. Não há, assim, discrepância entre relato da vítima e laudo de exame de corpo de delito. A vítima também relatou que o réu a ameaçou de morte. No dia dos fatos, quando gritou sua mãe foi ver o que havia acontecido e também aí é coerente a prova, pois Luiza, a genitora, disse que foi ver o que aconteceu após ter escutado gritos. Quando chegou ao local onde estava réu e vítima, viu que a menina tinha marcas no pescoço e o acusado tinha arrancado o cabelo dela. A mãe da vítima também relata a ocorrência da ameaça de morte. Também nesse particular a prova oral e o laudo médico são compatíveis. Sobre a questão do furto, o réu tem processo suspenso na 2ª Vara Criminal (fls.33 e 43). Quanto aos crimes aqui tratados a condenação é de rigor. A prova é suficiente e harmônica. Está bem caracterizada a violência doméstica. A genitora da menor representou as fls.07. O réu é primário e de bons antecedentes. A palavra dele está isolada no conjunto das provas e por isso não prevalece. Em favor do réu existe a atenuante da menoridade. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Marcelo Alexsander Arsoli como incurso no artigo 129, §9º, e no artigo 147, c.c. art.65, I, e artigo 69, do CP. Passo a dosar a pena. **a) Para o delito de lesão corporal:** Atento aos critérios do artigo 59 do Código de Processo Penal, considerando ser o réu primário e de bons antecedentes, fixo-lhe a pena no mínimo legal de 03 (três) meses de detenção, já considerada a atenuante da menoridade, que não pode trazer a sanção abaixo do mínimo. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime **aberto**. **b) Para o crime de ameaça:** Atento aos critérios do artigo 59 do Código de Processo Penal, considerando ser o réu primário e de bons antecedentes, fixo-lhe a pena no mínimo legal de 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já considerada a atenuante da menoridade, que não pode trazer a sanção abaixo do mínimo. **C) Concurso material:** Somadas as penas, perfaz a pena definitiva de **03 (três) meses de detenção, a ser**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

cumprida inicialmente em regime aberto e 10 (dez) dias-multa, no mínimo legal. Não cabe pena restritiva de direitos porque o delito envolve violência e a lesão corporal não está entre os delitos de menor potencial ofensivo, em razão da pena máxima de três anos de detenção. Presentes os requisitos legais, **concedo** ao réu **sursis, por dois anos**, atendidas as condições do artigo 78, §2º, “a”, “b” e “c”, do CP. Oportunamente será realizada audiência admonitória. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):